



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS
HOSPITAL MUNICIPAL DJALMA MARQUES - HMDM

Termo de Referência nº 3930944/2026 - HMDM

São Luís - MA, 13 de maio de 2026

TERMO DE REFERÊNCIA

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO, MONTAGEM E INSTALAÇÃO DE APARELHO DE ULTRASSONOGRAFIA PORTÁTIL E APARELHO DE RAIOS X PORTÁTIL, PARA ATENDER A NECESSIDADE DO HOSPITAL MUNICIPAL DJALMA MARQUES - HMDM, PELO PERÍODO DE 12 MESES, QUANTITATIVOS E CONDIÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA, COM FUNDAMENTO NA LEI DE LICITAÇÕES 14.133/21 E ALTERAÇÕES POSTERIORES.

QUADRO RESUMO	
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 15201.000535/2026	ÓRGÃO GERENCIADOR: Hospital Municipal Djalma Marques
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO, INSTALAÇÃO E MONTAGEM DE APARELHO DE ULTRASSONOGRAFIA PORTÁTIL E APARELHO DE RAO X PORTÁTIL, PARA ATENDER A NECESSIDADE DO HOSPITAL MUNICIPAL DJALMA MARQUES – HMDM.	
TIPO: PREGÃO ELETRÔNICO	
VALOR ESTIMADO: R\$ 426.454,76 (quatrocentos e vinte e seis mil, quatrocentos e cinquenta e quatro reais e setenta e seis centavos)	
SIGILOSO: Não	INTERVALO MÍNIMO ENTRE LANCES: R\$ 1,00
MODO DE DISPUTA: ABERTO E FECHADO	
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço por Item	QUANTIDADE DE ITENS: 02
FORMA DE ADJUDICAÇÃO: UNITÁRIO	FORMA DE FORNECIMENTO: ÚNICA
EXIGE AMOSTRA: Não	EXIGE PROVA DE CONCEITO: Não

1.DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa para aquisição, instalação e montagem de aparelho de ultrassonografia portátil e raio x portátil, para atender a necessidade do Hospital Municipal Djalma Marques, pelo período de 12 meses de acordo com as especificações deste Termo de Referência, Lei de Licitações nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores.

1.2. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “a” e “i” da Lei n. 14.133/2021).

1.2.1. Contratação de empresa para aquisição, instalação e montagem de aparelho de ultrassonografia portátil e raio x portátil, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2.2. **O custo estimado total** da contratação é **R\$ 426.454,76** (quatrocentos e vinte e seis mil, quatrocentos e cinquenta e quatro reais e setenta e seis centavos).

1.2.3. O objeto deste Termo de Referência enquadra-se no conceito de aquisição de bens com entrega única.

1.2.4. O prazo de garantia do serviço será de 12 (doze) meses (garantia contratual), a contar da sua execução, respeitando o disposto neste Termo de Referência. Dentro do prazo de garantia, a contratada deverá corrigir, às suas expensas, os serviços que apresentarem falhas ou vícios.

1.2.5. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, ID nº 67, Classe/Grupo 434.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘b’, da Lei nº 14.133/2021)

2.1. O Hospital Municipal Djalma Marques - HMDM é uma unidade de porta aberta, referência em atendimentos de urgência e emergência de alta complexidade no município de São Luís/MA.

2.2. A aquisição de equipamentos de imagem portáteis (Ultrassom e Raio X) é de fundamental importância para o suporte ágil e seguro às equipes médicas em áreas críticas, onde a mobilidade e a rapidez no diagnóstico são cruciais.

2.3. Estes equipamentos serão primordiais para o atendimento em: Unidade de Terapia Intensiva (UTI), Unidade de Cuidados Intermediários (UCI), Centro Cirúrgico e Pronto Atendimento (PA).

2.4. A capacidade de realizar exames de imagem *in loco* (no leito) permite a tomada de decisões clínicas imediatas em situações de instabilidade ou emergência, minimizando o risco de transporte de pacientes críticos e elevando a segurança e a qualidade do atendimento oferecido.

2.5. A aquisição de novos equipamentos modernos e funcionais é medida necessária e imediata para assegurar maior resolutividade, agilidade na tomada de decisões clínicas e, consequentemente, a preservação da vida e da integridade física dos pacientes.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. O Hospital Municipal Djalma Marques (HMDM) consolida-se como a maior unidade de saúde pública do Estado do Maranhão, operando em regime de "porta aberta" e atuando como referência em atendimentos de urgência e emergência de alta complexidade.

3.2. A presente contratação visa à disponibilização de aparelhos portáteis de Ultrassonografia e de Raio-X novos, de primeiro uso e de fabricação recente, em plenas condições de uso, de modo a assegurar a continuidade e a eficiência dos serviços prestados à municipalidade.

3.3. A aquisição desses dispositivos de imagem constitui solução técnica indispensável para o incremento da capacidade diagnóstica e da resolutividade operacional da instituição.

3.4. Tais equipamentos revestem-se de importância fundamental para o suporte célere e seguro às equipes multidisciplinares em áreas críticas, onde a mobilidade e a rapidez diagnóstica são determinantes para o desfecho clínico.

3.5. A viabilidade de realização de exames *in loco* (à beira do leito) em ambientes como Unidade de Terapia Intensiva (UTI), Unidade de Cuidados Intermediários (UCI), Centro Cirúrgico e Pronto Atendimento (PA), permite a tomada de decisões imediatas, mitigando os riscos inerentes ao transporte de pacientes críticos e elevando os padrões de segurança e qualidade assistencial.

3.6. Ante o elevado fluxo de atendimentos diários nesta Unidade, a aquisição ora proposta configura medida imperativa para garantir a agilidade nas condutas médicas e, primordialmente, a preservação da vida e da integridade física dos pacientes.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd' da Lei nº 14.133/21)

4.1. Devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

- Produção sem utilização de trabalho escravo ou infantil, com máquinas que reduzem a geração de resíduos industriais ou com menor uso de água e energia;
- Distribuição dos produtos em embalagens compactas e recicláveis ou que sejam objeto de logística reversa, preferência por indústria ou produtor local para assegurar menores distâncias e uso de modal de transporte mais eficiente;
- Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.2. DA EXIGÊNCIA DE AMOSTRA

4.2.1. Não será exigida apresentação de amostra.

4.3. GARANTIA DA EXECUÇÃO DA CONTRATAÇÃO

4.3.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº14.133/21.

4.4. DA EXIGÊNCIA DE CARTA DE SOLIDARIEDADE:

4.4.1. Não será exigida carta de solidariedade.

4.5. CONSÓRCIO

4.5.1. Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, devido à baixa complexidade do objeto a ser adquirido, considerando que as empresas que atuam no mercado têm condições de fornecer de forma independente.

4.6. SUBCONTRATAÇÃO

4.6.1. Não se admitirá em nenhuma hipótese a subcontratação total ou parcial do objeto contratado, nem a transferência de qualquer uma das obrigações assumidas.

4.6.2. A utilização de assistência técnica prestada por representante autorizado ou rede credenciada do fabricante não caracteriza subcontratação do objeto principal, desde que não haja transferência das obrigações contratuais assumidas. A contratada permanece como única responsável perante a Administração, inclusive quanto à qualidade, prazos e garantias do serviço prestado, devendo comprovar a capacidade de atendimento adequado.

4.7. COOPERATIVA

4.7.1. Não será permitida a participação de cooperativa de trabalho ou de qualquer natureza nesta licitação, tendo em vista que as empresas que atuam no mercado possuem condições de fornecer o objeto de forma independente e em conformidade com a legislação vigente.

5. DA EXECUÇÃO CONTRATUAL E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO (arts. 6º, XXIII, alínea “e” e 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).

5.1. DO OBJETO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

5.1.1. Os equipamentos deverão ser novos, de fabricação recente e possuir as seguintes características mínimas de desempenho e qualidade:

ITEM 01 - ULTRASSOM PORTÁTIL			
	ESPECIFICAÇÃO MÍNIMA DESEJADA	QUANT.	VALOR
Geral/Estrutura	Alta resolução e desempenho, peso máx. de 6,5 kg, Tela de no mínimo 15” (LED).		
Modos de Imagem	2D (Modo B), Modo M, Doppler Colorido, Pulsado (PW), Power Doppler, S-Flow ou equivalente, elastografia quantitativa , Modo 3D/4D.		

Tecnologias	Filtros de redução de ruído, funções automáticas de otimização, Modo Full Screen.	01	R\$ 178.826,67
Sondas (Transdutores)	Mínimo de 3 sondas: 1 Convexa (2–5 MHz), 1 Linear (7–15 MHz), 1 Setorial Cardíaca (1–4 MHz).		
Armazenamento/Conectividade Tecnologias	Mín. 256 GB SSD, Mín. 2 portas USB, HDMI ou DVI, Compatibilidade DICOM 3.0, Conexão Ethernet e/ou Wi-Fi.		
Recursos Adicionais	Bateria interna (autonomia mín. 1h), Teclado retroiluminado, Função NeedleGuide ou similar, Software AutoIMT, Suporte a laudos estruturados, Carrinho móvel com rodízios		

ITEM 02 - RAO X PORTÁTIL			
	ESPECIFICAÇÃO MÍNIMA DESEJADA	QUANT.	VALOR
Comando/Gerador	Potência mín. 32kW, Sistema de Controle microprocessado.	01	R\$ 247.628,09
Parâmetros	kV: 40kV a 125kV (mín. 23 passos); mA: mín. 300 mA; mAs: 0,5 a 280mAs; Tempo de exposição: mín. 4 ms.		
Estrutura	Cabo disparador (mín. 3m), Cabo de rede (mín. 4m), Conexão via tomada simples 3 pinos.		
Tubo/Colimador	Ânodo giratório (mín. 2.800 RPM), Foco duplo (máx. 1,5mm e 0,7mm) ou único (0,8mm), Capacidade calórica do ânodo: mín. 105kHU, Colimador manual com campo luminoso, Rotação do campo de radiação mín. 90 graus.		
Estativa	Braço articulado pantográfico ou telescópico		
TOTAL 426.454,76			

CRITÉRIOS ESSENCIAIS PARA A COMPRA:
Assistência Técnica Autorizada e Local (na região/cidade).
Garantia mínima de 12 meses .
Comprovação de Certificações (ANVISA, INMETRO, ISO 13485, IEC 60601-1).

5.1.2. A exigência de assistência técnica autorizada na região justifica-se pela essencialidade dos equipamentos para o diagnóstico de saúde, sendo indispensável garantir o mínimo tempo de inatividade. A proximidade assegura agilidade em reparos emergenciais e manutenções preventivas, conforme RDC 611/2022 ANVISA, evitando custos excessivos de deslocamento e a paralisação dos serviços de exames, em observância ao princípio da continuidade do serviço público e da economicidade.

5.1.3. A descrição detalhada constante no subitem 5.1.1 define os padrões mínimos aceitáveis, sendo facultada à licitante a oferta de equipamentos com especificações superiores.

5.2 DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO

5.2.1. A CONTRATADA de menor preço por item, para a aquisição dos equipamentos, deverá entregar os aparelhos em até **30 (trinta)** dias úteis após a assinatura do contrato.

5.3. A CONTRATADA deverá entregar equipamentos novos, de primeiro uso e fabricação recente, em suas embalagens originais, garantindo perfeitas condições de qualidade e confiabilidade, respeitados os prazos fixados e as normas técnicas vigentes (ANVISA/ABNT), bem como as especificações constantes nesta Coleta de Preços.

5.4. Os equipamentos e acessórios devem estar acompanhado de nota fiscal de transporte, contendo número de série, quantidade, valor e manuais em língua portuguesa (idioma oficial);

5.5. A CONTRATADA deverá responsabilizar-se por eventuais transtornos ou prejuízos causados à CONTRATANTE, decorrentes de ineficiência, atraso ou irregularidade na entrega do equipamento;

5.6. A CONTRATADA deverá fornecer treinamento e as informações técnicas necessárias à plena operacionalização dos equipamentos (Ultrassom e RX portáteis) aos usuários designados, em data e horário a serem definidos em comum acordo com a área técnica, imediatamente após a entrega e instalação;

5.7. O prazo para montagem, instalação e configuração plena dos equipamentos (Ultrassom e RX) no Hospital Municipal Djalma Marques (HMDM) é de **05 (cinco)** dias úteis, contados da entrega física do objeto.

5.8. Do local da entrega: O objeto deverá ser entregue nas dependências do Hospital Municipal Djalma Marques, localizado na Rua do Passeio, S/Nº - Centro – CEP: 65015-370 – São Luís/MA.

5.10. A CONTRATADA deverá corrigir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, contados da convocação pelo Hospital Municipal Djalma Marques (HMDM). O prazo poderá ser prorrogado mediante comprovação de impossibilidade real de cumprimento, sujeita à análise e decisão discricionária do fiscal do contrato.

5.11. O prazo estabelecido no item anterior poderá ser prorrogado mediante solicitação escrita e justificada da CONTRATADA, formulada antes de seu esgotamento, desde que comprovada a superveniência de fato excepcional ou imprevisto e formalmente aceita pela Autoridade Competente.

5.12. O recebimento dos objetos está condicionado à conferência, às avaliações qualitativas e à aceitação final, obrigando-se a CONTRATADA a reparar e corrigir eventuais vícios, defeitos ou incorreções detectadas, na forma prevista neste Termo de Referência, na Lei nº 14.133/2021 e no Código de Defesa do

Consumidor, no que couber;

5.12.1. Recebimento Provisório: Ocorrerá no ato da entrega dos equipamentos no HMDM, mediante termo circunstanciado lavrado pelo Fiscal do Contrato ou comissão designada, para fins de conferência da integridade física e conformidade com as especificações técnicas.

5.12.2. Recebimento Definitivo: No prazo de até **10 (dez)** dias corridos após o recebimento provisório, mediante atesto da Nota Fiscal, após testes de funcionalidade, verificação da qualidade e comprovação do treinamento técnico, confirmando a plena aceitação do objeto.

5.13. Caso se verifique desconformidade no objeto durante o prazo de recebimento provisório, o prazo para o recebimento definitivo será suspenso, reiniciando-se a contagem somente após a devida correção pela CONTRATADA.

5.14. O aceite e o recebimento definitivo não excluem a responsabilidade civil, nem ético-profissional da CONTRATADA por vícios redibitórios, defeitos de fabricação ou disparidades com as especificações técnicas verificadas posteriormente, conforme a Lei nº 14.133/2021 e o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

5.15. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

5.16. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

5.17. Os gestores e fiscais de contratos, bem como seus substitutos, serão representantes da Administração designados pela autoridade máxima do órgão ou entidade — ou por autoridade delegada conforme as normas de organização administrativa. O exercício de suas funções observará estritamente as exigências do art. 7º da Lei nº 14.133/2021 e os requisitos do art. 10 do Decreto nº 11.246/2022.

5.18. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

5.19. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

5.20. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

5.21. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

5.22. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

5.23. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

5.24. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

5.25. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do

contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

5.26. A CONTRATADA será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

5.27. A inadimplência da CONTRATADA em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

5.28. As comunicações entre o órgão ou entidade e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

5.29. O órgão ou entidade poderá convocar representante da CONTRATADA para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §1º).

5.30. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade convocará o representante da CONTRATADA para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da CONTRATADA, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros (IN 5/2017, art. 44, §1º).

5.31. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

5.32. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

6. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- i) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

k) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

6.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv) Multa:

(1) moratória de 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;

(2) moratória de 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 15% (quinze por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

O atraso superior a 15 (quinze) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

(3) compensatória de 1% (um por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

6.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021);

6.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

6.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

6.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

6.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

6.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

6.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

6.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

6.11. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

6.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

6.13. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta nos termos do art. 92, inciso II, da lei 14.133/21, assumindo como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

7.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13, 17 a 27 e 50 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

7.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

7.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

7.5. Fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, a contar da notificação, documentação atualizada de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas.

7.6. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

7.7. Responsabilizar-se pelos encargos fiscais e comerciais resultantes desta contratação, e ainda pelos encargos trabalhistas, previdenciários e obrigações sociais em vigor, impostos, tributos e contribuições, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus funcionários não manterão qualquer vínculo empregatício com o CONTRATANTE;

7.8. Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a execução deste contrato, ainda que acontecido em dependência do CONTRATANTE;

7.9. Não sub contratar, total ou parcialmente, o objeto desta contratação;

7.10. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias

no fornecimento, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;

7.11. Informar, por escrito e de imediato, ao Contratante, qualquer alteração em seu endereço ou telefone, com a finalidade de assegurar rápida comunicação entre Contratante e Contratada.

7.12. São expressamente vedadas à **CONTRATADA**:

7.12.1. A veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização da CONTRATANTE;

7.12.2. A contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal da CONTRATANTE, ativo ou aposentado há menos de 5 (cinco) anos, ou de ocupante de cargo em comissão, assim como de seu cônjuge, companheiro, parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, durante a vigência deste contrato;

7.12.3. Responder pela recuperação de ambientes internos e externos, da CONTRATANTE ou de terceiros, que tenham sofrido algum tipo de intervenção pela CONTRATADA em razão da entrega do objeto;

7.12.4. A contratada está vinculada ao disposto no Edital de licitação e a proposta apresentada, nos termos do art. 92, inciso II, da lei 14.133/21;

7.12.5. Fica obrigado a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta, com fulcro no artigo 92, XVI, da lei n.º 14.133/21;

7.12.6. Fica a obrigação de o contratado cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, com fulcro no artigo 92, XVII, da lei n.º 14.133/21.

7.12.7. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

7.12.8. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. São obrigações do Contratante, em consonância com a Lei nº 14.133, de 2021:

I. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

II. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

III. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

IV. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

V. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

VI. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

VII. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

VIII. Cientificar a Procuradoria Geral do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.2. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

9. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DAS PROPOSTAS E DO FORNECEDOR

9.1. CRITÉRIO DE SELEÇÃO DAS PROPOSTAS

9.1.1. Será adotado o critério de MENOR PREÇO por item para julgamento e classificação das propostas, observados os prazos máximos, as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no presente Instrumento.

9.1.2. No preço apresentado, deverão ser incluídas todas e quaisquer despesas necessárias para o fiel cumprimento do objeto desta licitação, inclusive todos os custos com salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas do pessoal da CONTRATADA, como montagem e instalação, transportes de qualquer natureza, materiais empregados, inclusive ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados, depreciação, aluguéis, administração, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direto ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento pelo Fornecedor.

9.1.3. Será adotado o modo de disputa ABERTO / FECHADO.

9.1.4. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 1,00 (um real).

9.1.5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

9.1.5.1. As licitantes deverão apresentar:

9.1.5.1.1. Catálogos, prospectos ou materiais ilustrativos, originais ou em cópias legíveis, redigidos em língua portuguesa, referentes aos modelos ofertados, de modo a permitir a imediata verificação da compatibilidade do objeto com as especificações exigidas neste Termo de Referência. Serão admitidos catálogos obtidos via internet, desde que permitam a averiguação completa das características técnicas e contenham a indicação clara de sua fonte oficial (endereço eletrônico completo do fabricante, ex: www.fabricante.com), possibilitando a plena comprovação de sua autenticidade pela equipe técnica do HMDM

9.1.5.1.2. Cópia do Certificado de Registro dos produtos, emitido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), com prazo de validade vigente, em nome do fabricante, bem como as demais certificações especificadas na tabela do subitem 5.1.1, todas devidamente atualizadas.

9.1.5.1.3. Na hipótese de registro vencido, a licitante deverá apresentar cópia do protocolo de pedido de revalidação, acompanhada da cópia do registro anterior, desde que a referida revalidação tenha sido requerida no primeiro semestre do último ano do quinquênio de sua validade, nos termos do § 6º do art. 12 da Lei nº 6.360/1976.

9.1.5.1.4. Caso o produto seja isento de registro, a licitante deverá apresentar documento oficial da ANVISA que comprove tal isenção ou a dispensa de cadastro, sob pena de desclassificação.

9.1.5.1.5. Não serão admitidas propostas que se limitem à reprodução integral ("cópia fiel") da descrição técnica deste Termo de Referência. As licitantes deverão, obrigatoriamente, detalhar na proposta as características intrínsecas e as especificações próprias do(s) objeto(s) ofertado(s), redigidas em língua portuguesa.

9.1.5.1.6. A omissão de quaisquer itens ou características técnicas solicitadas ensejará a desclassificação da proposta, por descumprimento dos requisitos de aceitabilidade estabelecidos.

9.2. CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.2.1. O fornecedor será selecionado mediante procedimento licitatório, na forma eletrônica, com fundamento no art. 28, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, adotando-se o critério de julgamento por menor preço, conforme a natureza do objeto.

9.2.2. A escolha da modalidade Pregão justifica-se por tratar-se de bem comum, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XLI, e art. 29 da citada Lei.

9.2.3. As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista observarão as condições de regularidade previstas no art. 62 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

9.2.4. Previamente à celebração do ajuste, a Administração realizará consulta aos cadastros informativos oficiais para verificar a existência de sanções impeditivas, abrangendo, no mínimo: a) SICAF; b) CEIS; c) CNEP; d) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade (CNIA/CNJ).

9.2.5. Em observância ao art. 12 da Lei nº 8.429/1992 (com redação dada pela Lei nº 14.230/2021), a consulta estender-se-á aos sócios majoritários da empresa, a fim de obstar a contratação indireta por meio de interposta pessoa jurídica.

9.2.6. Verificada a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, a Administração promoverá diligência para apurar eventual tentativa de fraude à licitação ou sucessão empresarial de entidade sancionada, assegurando a lisura do certame.

9.2.7. A eventual tentativa de fraude ou simulação será apurada mediante a verificação de vínculos societários, linhas de fornecimento idênticas, endereços coincidentes, dentre outros indícios de sucessão empresarial irregular.

9.2.8. Previamente a qualquer decisão de desclassificação ou negativa de contratação baseada em ocorrências impeditivas, será assegurado ao fornecedor o exercício do contraditório e da ampla defesa, mediante convocação para manifestação no prazo legal.

9.2.9. A regularidade do fornecedor será verificada por meio do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), abrangendo todos os documentos ali cadastrados e validados, sem prejuízo da exigência de documentos complementares previstos no Edital.

9.2.10. Incumbe ao fornecedor manter atualizada sua documentação no SICAF durante todo o certame e a vigência contratual, devendo encaminhar as versões atualizadas sempre que solicitado pela Administração.

9.2.11. Não serão admitidos documentos de habilitação apresentados com números de CNPJ/CPF distintos, ressalvadas as hipóteses legalmente admitidas.

9.2.12. Caso a licitante seja a matriz, todos os documentos deverão ser apresentados em seu nome; caso seja filial, os documentos deverão estar em nome desta, excetuando-se os Atestados de Capacidade Técnica e outros documentos que, por sua natureza, sejam emitidos exclusivamente em nome da matriz, desde que devidamente comprovado.

9.3. PARA FINS DE CONTRATAÇÃO, DEVERÁ O FORNECEDOR COMPROVAR OS SEGUINTE REQUISITOS DE HABILITAÇÃO:

9.3.1. DA HABILITAÇÃO

9.3.1.1. Habilitação Jurídica:

9.3.1.2. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente;

9.3.1.3. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis;

9.3.1.4. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio

www.portaldoempreendedor.gov.br;

9.3.1.5. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, acompanhado de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.3. Habilitações Fiscal, Social e Trabalhista:

9.3.1. Prova de inscrição no CPF ou no CNPJ;

9.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional (Certidão Conjunta RFB/PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora Geral da Fazenda Nacional

9.3.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.3.4. Declaração de que o proponente não possui em seu quadro de pessoal empregado (s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de menor de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, segundo o inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal de 1988;

9.3.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (CNDT);

9.3.6. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, para emissão das Notas Fiscais;

9.3.7. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.3.8. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.3.9. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

9.4. Qualificação Econômico-Financeira:

9.4.1. Certidões: Apresentação de Certidão Negativa de Falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante (Art. 69, II, Lei nº 14.133/21) ou, no caso de pessoas físicas ou sociedades simples, Certidão Negativa de Insolvência Civil em data não superior a 60 (sessenta) dias;

9.4.2. Balanço Patrimonial: Apresentação de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa.

9.4.3. Índices Contábeis: A comprovação da situação financeira será avaliada pelos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), que deverão ser superiores a 1,0 (um), calculados pelas fórmulas:

$$I - LG = (\text{Ativo Circulante} + \text{RLP}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante});$$

II - SG = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

III - LC = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).

9.4.4. Para empresas constituídas há menos de 02 (dois) anos, a exigência limitar-se-á ao último exercício social.

9.4.5. Empresas criadas no exercício financeiro da licitação poderão substituir os demonstrativos pelo balanço de abertura.

9.4.6. Caso a licitante apresente índice igual ou inferior a 1,0 (um) em qualquer dos indicadores acima, deverá comprovar, para fins de habilitação, possuir patrimônio líquido ou capital social mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

9.4.7. O atendimento aos índices deverá vir acompanhado de declaração ou memorial de cálculo assinado por profissional de contabilidade habilitado.

9.4.8. A exigência dos índices supracitados fundamenta-se na Súmula nº 289 do TCU, visando aferir a capacidade da licitante em honrar obrigações de curto e longo prazo (LC e LG) e sua robustez patrimonial frente ao endividamento total (SG), garantindo que a execução do contrato não sofra solução de continuidade por insolvência do fornecedor.

9.4.9. Para o objeto da licitação pretendida, verificou-se ser mais apropriado os índices adiante relacionados, pelas razões que se especifica, com base no Art. 43 da IN SLTI/MPOG 2/2010:

- O LC, mede a capacidade da empresa de honrar suas obrigações de curto prazo;
- O LG, mede a capacidade da empresa de honrar todas as suas obrigações, tanto de curto quanto de longo prazo;
- O SG, mede a capacidade da empresa de honrar suas obrigações com todos os seus recursos.

9.5. Habilitação Técnica

9.5.1. Além dos demais documentos exigidos, a licitante deverá apresentar:

a) Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE), emitida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), em nome da licitante, com validade vigente, que a autorize expressamente a exercer as atividades de comércio, distribuição e/ou importação de produtos para saúde (correlatos), conforme a Lei nº 6.360/1976.

b) Licença Sanitária (Alvará Sanitário) atualizada, expedida pelo órgão de vigilância sanitária estadual ou municipal da sede da licitante, comprovando a regularidade das instalações para a atividade objeto da licitação.

119.5.2 9.4.2. Atestado de Capacidade Técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove ter a licitante executado, de forma satisfatória, o fornecimento, montagem e instalação de equipamentos de diagnóstico por imagem (Raio-X e/ou Ultrassom), de complexidade tecnológica compatível ou superior ao objeto desta licitação;

9.5.3. Caso o atestado apresentado seja expedido por pessoa jurídica de direito privado, este deverá conter o nome, o endereço e telefone da entidade atestadora, bem como a assinatura do responsável legal (empresário, sócio, dirigente ou procurador), comprovadamente habilitado;

9.5.4. Certificações Essenciais: Os equipamentos ofertados deverão possuir certificação compulsória do INMETRO e conformidade com a norma IEC 60601-1 (Segurança Elétrica de Equipamentos Eletromédicos), devendo as licitantes apresentarem as respectivas comprovações anexas à proposta;

9.5.5. A licitante deverá apresentar prova de registro ou inscrição da empresa e de seu(s) responsável(is) técnico(s) no conselho profissional competente, em plena validade, que contemple atribuições profissionais

compatíveis com o objeto de instalação e manutenção de equipamentos eletromédicos.

10. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO E REAJUSTE

10.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da apresentação da nota fiscal/fatura, devidamente atestada pelo fiscal designado por cada órgão participante, que deverá comprovar a entrega total dos itens relacionados e suas respectivas quantidades.

10.2. O pagamento estará condicionado à REGULARIDADE FISCAL DA EMPRESA, devendo esta comprovar tal situação em cada solicitação de pagamento, por meio da seguinte documentação:

- a) Nota Fiscal / Fatura discriminatória, devidamente atestada;
- b) Certidão de Regularidade de FGTS (CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal;
- c) Certidão de Quitação de Tributos Federais, Estaduais e Municipais, referente à SEDE DA CONTRATADA;
- d) Certidão Negativa de Débitos junto à Justiça do Trabalho.

10.3. Caso a Nota Fiscal / Fatura não seja provada pelo órgão participante, esta será devolvida à CONTRATADA com as devidas informações que motivaram sua rejeição, para que sejam realizadas as correções necessárias, reiniciando-se o prazo estabelecido para pagamento.

10.4. Em caso de erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou nos documentos relacionados à contratação, ou ainda, na ocorrência de qualquer circunstância que impeça a liquidação da despesa, como obrigação financeira pendente decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará suspenso até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciará-se após a comprovação da regularização da situação, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE.

10.5. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação de qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou à atualização monetária.

10.6. Ocorrerá a adequação do pagamento devido a CONTRATADA, sem prejuízos de outras sanções cabíveis, quando esta não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida, as atividades contratadas, conforme Acordo de Nível de Serviço.

10.7. A CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela CONTRATADA, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

10.8. No caso de eventual atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, será devida compensação financeira, que será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

- a) $EM = I \times N \times VP$, sendo;
- b) EM = Encargos moratórios;
- c) N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
- d) VP = Valor da parcela a ser paga;
- e) I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado.

I = (TX)	I =	<u>(6 / 100)</u>
		365

$$I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6

10.9. A CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA.

10.10. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela CONTRATADA.

10.11. Será considerada como data do pagamento o dia em que a ordem bancária for emitida.

10.12. No ato do pagamento, será efetuada a retenção tributária conforme previsto na legislação aplicável.

10.13. Independentemente do percentual de tributo especificado na planilha, serão retidos na fonte, no momento do pagamento, os percentuais estabelecidos pela legislação vigente.

10.14. Caso a CONTRATADA, seja optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não haverá a retenção tributária referente aos impostos e contribuições abrangidos por esse regime. Contudo, o pagamento estará condicionado à apresentação de documento oficial que comprove o direito ao tratamento tributário diferenciado previsto na referida Lei Complementar.

10.15. Os preços inicialmente contratados serão fixos e irreajustáveis pelo período de um ano, contado a partir da data do orçamento estimado, em 30/01/2026.

10.16. Após o interregno de um ano, a pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

10.17. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

10.18. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

10.19. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

10.20. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

10.21. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

10.22. O reajuste será realizado por apostilamento.

10.23. Fica permitida a emissão segregada (separada) de notas fiscais distintas, sendo uma para o

equipamento (hardware - mercadoria) e outra para o software (serviço licenciado/embarcado), desde que o valor total das notas coincida de forma exata com o valor global da proposta vencedora.

11. DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA

11.1. Durante o período de 12 (doze) meses contados a partir do recebimento definitivo do equipamento, a CONTRATADA deverá assegurar a assistência técnica integral do aparelho de Ultrassonografia e Raio - X fornecidos, de forma a garantir o pleno funcionamento e desempenho técnico dentro das especificações originais de fábrica.

11.2. A CONTRATADA deverá efetuar a calibração anual, se for o caso, dos equipamentos disponibilizado ao Hospital;

11.3. A CONTRATADA deverá efetuar assistência técnica do equipamento, inclusive fornecimento e substituição de peças, sem qualquer ônus à CONTRATANTE, ressalvados os casos em que seja verificada a má utilização dos equipamentos pela CONTRATANTE, mediante laudo emitido, hipótese na qual caberá à CONTRATANTE custear somente as peças;

11.4. Em toda a substituição de peças ou componentes caberá a empresa CONTRATADA o fornecimento de toda a mão de obra necessária à execução do serviço, sem qualquer ônus à CONTRATANTE;

11.5. A CONTRATADA prestará assistência técnica preventiva e corretiva nos equipamentos novos, seguindo rigorosamente as recomendações do fabricante, utilizando peças originais, de modo a preservar a garantia de fábrica.

11.6. A assistência técnica preventiva, obedecerá ao prazo mínimo estabelecido pelo fabricante do equipamento e deverá ser agendada com antecedência mínima de 72 horas;

11.7. Caso o equipamento pare de funcionar por problemas técnicos ou qualquer outro que inviabilize seu funcionamento, o prazo de atendimento será de até 48 (quarenta e oito) horas contados da abertura do chamado via telefone ou e-mail e o conserto deverá ser efetuado em 48 (quarenta e oito) horas, salvo comprovação de impossibilidade, reconhecida pela CONTRATANTE;

11.7.1. O não cumprimento dos prazos de atendimento e conserto estabelecidos sujeitará a Contratada às sanções previstas no Edital, sem prejuízo da obrigação de disponibilizar o equipamento reserva conforme item 11.10.

11.8. A assistência técnica deverá ocorrer no local onde estiver instalado o equipamento. Caso não seja possível, a remoção do equipamento se dará sem qualquer ônus para a CONTRATANTE, mediante substituição do equipamento por outro equivalente ou de melhor qualidade durante o período de conserto do equipamento substituído;

11.9. Quando for necessária a substituição de peças desgastadas ou peças que apresentarem defeito que inviabilize total ou parcialmente o funcionamento do equipamento, essas substituições/trocas deverão ficar, integralmente, por conta da CONTRATADA;

11.10. Caso a manutenção (corretiva ou preventiva) exija a retirada do equipamento das dependências do HMDM, ou o reparo no local ultrapasse 24 (vinte e quatro) horas, a CONTRATADA deverá disponibilizar equipamento reserva imediato;

11.10.1. Não será aceita a substituição por equipamentos obsoletos, de tecnologia inferior ou que não atendam integralmente às normas da ANVISA vigentes;

11.11. Não havendo a substituição do equipamento no prazo previsto, a CONTRATADA se responsabiliza

em arcar com toda e qualquer despesa necessária para a realização de exames e procedimentos, seja em local de apoio terceiro ou próprio;

11.12. A CONTRATADA emitirá, para toda e qualquer visita técnica e manutenção (preventiva ou corretiva) realizada nos equipamentos, Ordem de Serviço (OS) acompanhada de Laudo Técnico detalhado.

11.12.1. O documento deverá conter o número de série do aparelho, a descrição dos procedimentos realizados, as peças eventualmente substituídas (que deverão ser originais e novas) e a identificação do técnico responsável, devendo ser atestado pelo responsável técnico ou fiscal do contrato no HMDM.

11.13. Os serviços de instalação, calibração e assistência técnica deverão ser executados por profissionais legalmente habilitados, com registro nos respectivos Conselhos de Classe, devendo a contratada apresentar a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Termo de Responsabilidade Técnica (TRT) específica para a instalação de cada equipamento.

11.13.1. Caso a CONTRATADA utilize equipe própria, esta deverá comprovar capacidade técnica e treinamento específico para os modelos de Ultrassom e Raio-X objeto deste contrato, sob pena de recusa do serviço pela fiscalização do HMDM.

11.13.2. A indicação de terceiros pela CONTRATADA deverá ser formalizada previamente junto à Administração, acompanhada da documentação que comprove a qualificação técnica e o vínculo com o fabricante.

11.14. A empresa CONTRATADA deverá afixar em cada equipamento etiqueta personalizada de identificação dos serviços de calibração e manutenção preventiva, contendo no mínimo, as seguintes informações:

- a) Tipo de serviço;
- b) Data da execução;
- c) Identificação do profissional (nome) e da empresa que executou o serviço;
- d) Identificação do equipamento (fabricante, modelo, número de série

ou patrimônio);

- e) A próxima data do serviço

12. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

12.1. O custo estimado total da contratação é **R\$ 426.454,76** (quatrocentos e vinte e seis mil quatrocentos e cinquenta e quatro reais e setenta e seis centavos).

13. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta dos recursos orçamentários previstos no Orçamento Geral do Município para o exercício de 2026, conforme classificação funcional-programática e categoria econômica abaixo discriminadas:

Órgão: 15 – Secretaria Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária: 201- Hospital Municipal Djalma Marques Função: 10 – Saúde

Subfunção: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Programa: 0225 – Urgência e Emergência

Projeto/Atividade: 1030202252132 Atendimento de Urgência e Emergência

Elemento de Despesa: 4.4.90.52 – Equipamentos e Material Permanente

Fonte de Recurso: 1500001002 – Prefeitura

13.2. A referida despesa possui adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual (LOA), compatibilidade com o Plano Plurianual (PPA) e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), atendendo ao disposto no Art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

Em 13/05/2026

ELABORADOR:

LORENNA PEREIRA CALADO

Coordenadora de Compras e Contratos

TÉCNICO RESPONSÁVEL:

ARANILDES DOS SANTOS MACHADO

Coordenadora do SADT- HMDM Matrícula: 6469718

APROVAÇÃO:

ILMARA ARRUDA PINHO

Diretora Geral - HMDM Matrícula nº 6.467.746



Documento assinado eletronicamente com login e senha por **LORENNNA PEREIRA CALADO**,
Coordenadora, em 15/05/2026, às 12:24, conforme Lei Nº 14.063, de 23 de setembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente com login e senha por **Aranildes dos Santos Machado**,
Coordenadora, em 15/05/2026, às 12:37, conforme Lei Nº 14.063, de 23 de setembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente com login e senha por **Ilmara Arruda Pinho**, **Diretora Geral do Hospital Municipal Djalma Marques**, em 15/05/2026, às 15:19, conforme Lei Nº 14.063, de 23 de setembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
https://sei.saoluis.ma.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **3930944** e o código CRC **C95AC954**.
